

SIMPÓSIO 158

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

DIREITO PÚBLICO EM CONTEXTOS GLOBALIZADOS: DESAFIOS REGULATÓRIOS EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS E MERCADOS TRANSNACIONAIS

Eixo Temático:

8 - Direitos Humanos, Negócios, Empresas e Mercados;

Coordenadoras:

Nome da Coordenadora 1: Bárbara Francisca Villalobos Jaramillo

Vinculação Institucional: Universidad Central de Chile

Resumo Curricular: Licenciada em Ciências Jurídicas e Sociais, é atualmente doutoranda na Universidade Central do Chile e coordenadora académica do mestrado em Direito Público da mesma instituição. A sua linha de investigação centra-se na relação entre direitos humanos e a indústria global da moda, com especial interesse em subáreas como o direito da moda, o direito ambiental, o direito administrativo e o direito da família. Exerce funções como advogada litigante perante os tribunais de justiça chilenos, com especialização nas áreas de direito da família e direito penal. Atualmente, desenvolve uma investigação orientada para a análise das respostas normativas e de política pública adotadas pelo ordenamento jurídico espanhol e pela União Europeia face aos impactos do modelo produtivo da indústria da moda sobre os direitos humanos. A partir de uma abordagem comparada, o seu trabalho procura identificar padrões regulatórios relevantes, bem como limitações estruturais na sua implementação e projeção extraterritorial, com o objetivo de avaliar o seu potencial contributo para o reforço do quadro jurídico chileno em matéria de direito da moda e sustentabilidade.

Nome da Coordenadora 2: Pilar Lucea Franco

Vinculação Institucional: Universidad Complutense de Madrid

Resumo Curricular: Doutora em Direito Administrativo pela Universidade de Zaragoza e pela Universidade de Pau (França), com classificação de Sobresaliente Cum Laude e menção internacional no âmbito de uma cotutela. Jurista especializada em Direito Administrativo e Direito Ambiental, com enfoque na governança climática, na transição energética e na sustentabilidade empresarial. A sua investigação centra-se na planificação energético-climática, no controlo jurisdicional, na litigância climática, bem como na projeção dos critérios ESG na regulação pública e no seu impacto sobre os direitos fundamentais em contextos globais. É autora de diversas monografias e publicações especializadas, integra equipas de investigação em dois projetos relacionados com a governança estratégica do Estado em matéria energético-climática e com os critérios ESG, tendo participado em congressos internacionais e acumulando ampla experiência docente em universidades públicas espanholas, incluindo a sua participação



em atividades letivas no âmbito de módulos Jean Monnet relacionados com a integração europeia. Atualmente, é Professora Ajudante Doutora na Universidade Complutense de Madrid.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Linha de debate 1: “Governança pública, sustentabilidade e direitos humanos em contextos económicos globalizados”: No contexto da globalização económica, o Direito Público enfrenta o desafio de articular quadros regulatórios capazes de integrar as exigências de sustentabilidade, a atividade dos mercados transnacionais e a proteção efetiva dos direitos humanos. A crescente incorporação de critérios ESG, as políticas de transição energética e a expansão da normativa internacional e europeia colocam novas tensões entre desenvolvimento económico, regulação pública e garantias fundamentais. Este cenário exige analisar o papel dos poderes públicos na supervisão da atividade empresarial, na prevenção de impactos negativos sobre os direitos humanos e na conceção de instrumentos normativos que permitam uma governança multinível eficaz. Do mesmo modo, torna-se relevante examinar as consequências diferenciadas destas dinâmicas em contextos geográficos diversos, especialmente no que diz respeito às assimetrias entre o Norte e o Sul global, à deslocalização empresarial e aos conflitos socioambientais. Esta linha de debate acolhe contributos que abordem, a partir de diferentes perspetivas do Direito Público, os desafios regulatórios associados à sustentabilidade, aos mercados globais e à proteção dos direitos fundamentais.

Linha de debate 2: “Regulação económica e sustentabilidade: intervenção do Estado em mercados estratégicos”: A transição global para economias sustentáveis colocou o Direito Público numa posição reconfigurada, orientada para regular eficazmente os mercados estratégicos de acordo com critérios de sustentabilidade e ao serviço do interesse geral. Neste contexto, a procura de um equilíbrio normativo entre a intervenção estatal, a liberdade económica e a sustentabilidade configura-se como uma questão central, permitindo analisar setores-chave para a ação pública, tais como o transporte, a mobilidade urbana e outras atividades económicas intensivas em recursos. Esta linha propõe aprofundar os mecanismos através dos quais o Estado regula estes domínios, identificando os setores prioritários de intervenção, bem como examinar os limites jurídicos dessa intervenção num cenário de transformação regulatória marcado pela globalização económica.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Francês (X)

Espanhol (X)

SYMPOSIUM

Modality:

Online

Symposium:

PUBLIC LAW IN GLOBALIZED CONTEXTS: REGULATORY CHALLENGES IN
HUMAN RIGHTS AND TRANSNATIONAL MARKETS

Thematic area:

8 – Human Rights, Business, Companies, and Markets;

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Bárbara Francisca Villalobos Jaramillo

Institution: Universidad Central de Chile

Curricular Summary: She holds a Bachelor's degree in Legal and Social Sciences and is currently a doctoral candidate at the Central University of Chile, where she also serves as Academic Coordinator of the Master's Program in Public Law. Her research agenda focuses on the intersection between human rights and the global fashion industry, with particular emphasis on subfields such as fashion law, environmental law, administrative law, and family law. She practices as a litigation attorney before Chilean courts, specializing in family and criminal law. She is currently conducting research aimed at analyzing the regulatory and public policy responses adopted by the Spanish legal system and the European Union in addressing the human rights impacts of the fashion industry's production model. Through a comparative approach, her work seeks to identify relevant regulatory standards, as well as structural limitations in their implementation and extraterritorial projection, with the purpose of assessing their potential contribution to strengthening the Chilean legal framework in the areas of fashion law and sustainability.

Name of Coordinator 2: Pilar Lucea Franco

Institution: Universidad Complutense de Madrid

Curricular Summary: She holds a PhD in Administrative Law from the University of Zaragoza and the University of Pau (France), awarded with highest distinction (summa cum laude) and an international mention under a cotutelle agreement. She is a legal scholar specializing in Administrative Law and Environmental Law, with a focus on climate governance, energy transition, and corporate sustainability. Her research focuses on energy and climate planning, judicial review, climate litigation, as well as on the integration of ESG standards into public regulation and their impact on fundamental rights in global contexts. She is the author of several monographs and specialized publications, and a member of the research team in two projects related to strategic state governance in energy and climate matters and ESG criteria. She has participated in international conferences and has extensive teaching experience at Spanish public universities, including her involvement in teaching activities as



part of Jean Monnet modules linked to European integration. She currently serves as Assistant Professor (Profesora Ayudante Doctora) at the Complutense University of Madrid.

Line(s) of discussion (symposium description):

Line of discussion 1: “Public Governance, Sustainability and Human Rights in Globalized Economic Contexts”: In the context of economic globalization, Public Law faces the challenge of articulating regulatory frameworks capable of integrating sustainability requirements, the dynamics of transnational markets, and the effective protection of human rights. The growing incorporation of ESG criteria, energy transition policies, and the expansion of international and European regulation give rise to new tensions between economic development, public regulation, and fundamental guarantees. This scenario calls for an in-depth analysis of the role of public authorities in supervising business activities, preventing adverse human rights impacts, and designing regulatory instruments that enable effective multilevel governance. It is also essential to examine the differentiated consequences of these dynamics across diverse geographical contexts, particularly in relation to asymmetries between the Global North and the Global South, corporate relocation, and socio-environmental conflicts.

This debate track welcomes contributions that, from different Public Law perspectives, address regulatory challenges related to sustainability, global markets, and the protection of fundamental rights.

Line of discussion 2: “Economic Regulation and Sustainability: State Intervention in Strategic Markets”: The global transition towards sustainable economies has placed Public Law in a reconfigured position, oriented towards effectively regulating strategic markets in accordance with sustainability criteria and in the service of the public interest. In this context, the pursuit of a normative balance between state intervention, economic freedom, and sustainability emerges as a central issue, enabling the analysis of key sectors for public action, such as transport, urban mobility, and other resource-intensive economic activities. This track seeks to explore the mechanisms through which the State regulates these areas, identifying priority sectors for intervention, as well as examining the legal limits of such intervention within a regulatory landscape shaped by economic globalization.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)
English (X)
French (X)
Spanish (X)

SIMPÓSIO

Tipo de implementação:

En línea

Simpósio:

DERECHO PÚBLICO EN CONTEXTOS GLOBALIZADOS: DESAFÍOS
REGULATORIOS EN MATERIA DE DERECHOS HUMANOS Y MERCADOS
TRANSNACIONALES

Eje temático:

8 – Derechos Humanos, Negocios, Empresas y Mercados;

Coordinadoras:

Nombre de la Coordinadora 1: Bárbara Francisca Villalobos Jaramillo

Vinculación Institucional: Universidad Central de Chile

Resumen curricular: Licenciada en Ciencias Jurídicas y Sociales, actualmente es doctoranda de la Universidad Central de Chile y coordinadora académica del magíster en derecho público de la misma casa de estudios. Su línea de investigación se centra en la vinculación entre derechos humanos y la industria global de la moda, con especial interés en subtemas como el derecho de la moda, derecho ambiental, derecho administrativo y de familia. Se desempeña como abogada litigante ante los tribunales de justicia chilenos, con especialización en las áreas de derecho de familia y derecho penal. Actualmente desarrolla una investigación orientada a analizar las respuestas normativas y de política pública adoptadas por el ordenamiento jurídico español y de la Unión Europea frente a los impactos del modelo productivo de la industria de la moda en los derechos humanos. A partir de un enfoque comparado, su trabajo busca identificar estándares regulatorios relevantes, así como limitaciones estructurales en su implementación y proyección extraterritorial, con el propósito de evaluar su potencial contribución al fortalecimiento del marco jurídico chileno en materia de derecho de la moda y sostenibilidad.

Nombre de la Coordinadora 2: Pilar Lucea Franco

Vinculación Institucional: Universidad Complutense de Madrid

Resumen curricular: Doctora en Derecho Administrativo por la Universidad de Zaragoza y la Universidad de Pau (Francia) con sobresaliente Cum Laude y mención internacional en el marco de una Cotutela. Jurista especializada en Derecho Administrativo y Derecho Ambiental, con enfoque en gobernanza climática, transición energética y sostenibilidad empresarial. Su investigación se centra en la planificación energético-climática, el control jurisdiccional, la litigiosidad climática, así como en la proyección de los estándares ESG en la regulación pública y su impacto en los derechos fundamentales en contextos globales. Es autora de diversas monografías y publicaciones especializadas, forma parte como equipo de investigación en dos proyectos relacionados con la gobernanza estratégica del Estado en materia energético-



climática y los criterios ESG, ha participado en congresos internacionales y acumula amplia experiencia docente en universidades públicas españolas, incluyendo su participación en actividades docentes en el marco de módulos Jean Monnet vinculados a la integración europea. Actualmente es Profesora Ayudante Doctora en la Universidad Complutense de Madrid.

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

Línea de debate 1: “Gobernanza pública, sostenibilidad y derechos humanos en contextos económicos globalizados”: En el contexto de la globalización económica, el Derecho Público enfrenta el desafío de articular marcos regulatorios capaces de integrar las exigencias de sostenibilidad, la actividad de los mercados transnacionales y la protección efectiva de los derechos humanos. La creciente incorporación de criterios ESG, las políticas de transición energética y la expansión de la normativa internacional y europea plantean nuevas tensiones entre desarrollo económico, regulación pública y garantías fundamentales. Este escenario exige analizar el papel de los poderes públicos en la supervisión de la actividad empresarial, la prevención de impactos negativos sobre los derechos humanos y el diseño de instrumentos normativos que permitan una gobernanza multinivel eficaz. Asimismo, resulta relevante examinar las consecuencias diferenciadas de estas dinámicas en contextos geográficos diversos, especialmente en relación con las asimetrías entre el Norte y el Sur global, la deslocalización empresarial y los conflictos socioambientales. Esta línea de debate acoge contribuciones que aborden, desde distintas perspectivas del Derecho Público, los retos regulatorios vinculados a la sostenibilidad, los mercados globales y la protección de los derechos fundamentales.

Línea de debate 2: “Regulación económica y sostenibilidad: Intervención del Estado en mercados estratégicos”: La transición global hacia economías sostenibles ha situado al Derecho Público en una posición reconfigurada, orientada a regular eficazmente los mercados estratégicos conforme a criterios de sostenibilidad y al servicio del interés general. En este contexto, la búsqueda de un equilibrio normativo entre la intervención estatal, la libertad económica y la sostenibilidad se configura como una discusión central, que permite analizar sectores clave para la acción pública, tales como el transporte, la movilidad urbana y otras actividades económicas intensivas en recursos. La línea propone profundizar en los mecanismos mediante los cuales el Estado regula estos ámbitos, identificando los sectores prioritarios de intervención, así como examinar los límites jurídicos de dicha intervención en un escenario de cambio regulatorio marcado por la globalización económica.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)
Inglés (X)
Francés (X)
Español (X)